



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

VALIDAÇÃO DO CONSTRUCTO ÉTICA DO DESENVOLVIMENTO E A RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA NA SOCIEDADE MODERNA

ELLYSON FERNANDES ROSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

ESTELA NAJBERG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

RENATO RODRIGUES SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

VALIDAÇÃO DO CONSTRUCTO ÉTICA DO DESENVOLVIMENTO E A RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA NA SOCIEDADE MODERNA

INTRODUÇÃO

Embora o século vinte tenha consagrado a democracia e a participação social como fundamentos da sociedade moderna, o mundo ainda está repleto de privações, opressões, persistência da pobreza e ameaças à vida econômica e social afetando a qualidade de vida global (SEN, 2010), situação agravada após a pandemia (COSTA, 2020). Sabe-se que o fim último da administração pública é a realização do bem comum (MEIRELLES, 2002), e este se materializa na melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos de uma sociedade. Neste contexto, o administrador público precisa buscar entender as variáveis que influenciam positivamente a qualidade de vida de uma sociedade.

Desde a escola clássica da economia, tendo como um dos marcos a publicação de “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações” por Adam Smith em 1776, os livros seminais que tratam do desenvolvimento e bem-estar das sociedades vêm sendo publicados. O capital de Karl Marx em 1867; A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de John Maynard Keynes em 1936; Capitalismo, Socialismo e Democracia de Joseph Schumpeter em 1942; O caminho para a servidão de Friedrich von Hayek em 1943; Ação Humana: Um Tratado sobre Economia de Ludwig von Mises em 1949 (BRUE; GRANT, 2017). As ideias contidas nesses clássicos da economia e política, todavia, dividiram o mundo entre seguidores de John Locke e seguidores de Karl Marx, numa alusão aos capitalistas versus socialistas e conservadores versus progressistas (KOYZIS, 2014). Entende-se que essa polarização já se esgotou por não dar as respostas que a sociedade necessita (ROSA; NAJBERG; NUNES; PASSADOR, 2021). Portanto, a evolução proposta neste trabalho é uma mudança de paradigma, com ênfase no estudo das explicações e raízes éticas da qualidade de vida.

Embora as obras mencionadas anteriormente sejam clássicos no estudo da economia e bem-estar social, escolheu-se a articulação entre três diferentes livros mais contemporâneos, porém, igualmente inovadores. Primeiro porque têm sido abordados recentemente na comunidade científica para tratar de desenvolvimento e da qualidade de vida (BERMAN, 2020; JACOBSON, 2016; LIN; MANCIK, 2020; ROBERTI; MATOS, 2016). Segundo, por tratarem do desenvolvimento de forma direta, porém, da ética de forma indireta, corroborando tanto para a discussão das ideias propostas neste trabalho, quanto para a originalidade desta pesquisa, uma vez que não abordam a ética como variável explicativa. Essas obras são: *Desenvolvimento como liberdade*, do Nobel Amartya Sen, publicado pela primeira vez em 1999; *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano* de Ronald Inglehart e Christian Welzel, publicado primeiro em 2005; e *Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza* de Daron Acemoglu e James Robinson, publicado em 2012 (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012; INGLEHART; WELZEL, 2009; SEN, 2010). Naturalmente que outros autores serão abordados ao longo do trabalho para corroborar e até contrapor a ideia central dessas obras, contudo, preencher a lacuna de um trabalho empírico abordando a ética como variável explicativa é uma das pretensões deste estudo.

Sen (2010), por exemplo, inovou ao deslocar o conceito de qualidade de vida e desenvolvimento para além da dimensão econômica. É notável que até então os principais livros e artigos científicos que tratam do bem-estar das sociedades tinham um viés quase que exclusivamente econômico; mas Sen, além dos critérios econômicos, chama a atenção para outras dimensões como saúde e educação como representativas da qualidade de vida.

Inglehart e Welzel (2009) mostram traços éticos e culturais importantes que definem a diferença entre as nações com melhores índices de qualidade de vida, daquelas com baixo nível

de qualidade de vida. E por último, Acemoglu e Robinson (2012) abordam o sucesso de uma sociedade sob o prisma da ordem e da liberdade.

A articulação entre essas três obras permite uma descrição histórica e científica do porquê os países pobres o serem; e também o porquê de os países ricos o serem; contudo, nessas obras não foi apresentada qualquer modelagem estatística da qualidade de vida em função da ética. A lacuna que esses pensadores deixaram e que este trabalho se propõe a discutir é o fato de que descrevem como algumas nações se tornaram prósperas e com alto índice de qualidade de vida, mas não explicam ou enfatizam quais os valores éticos que estavam por trás das mudanças sociais que levaram essas sociedades à alta qualidade de vida. Essa lacuna dificulta o diagnóstico dos países com baixo nível de qualidade de vida sobre o problema central da dificuldade em alcançar novos patamares e, por consequência, limita as alternativas de ações para esses países atacarem a baixa qualidade de vida ao invés de tratarem apenas as consequências.

Problema de Pesquisa

Não são poucos os estudos que apontam algo em comum em países desenvolvidos e que parece faltar nos países que ainda não alcançaram tal condição. Esse algo em comum refere-se à ética (GÄCHTER; SCHULZ, 2016; GUNDLACH; PALDAM, 2009; ROSA; NAJBERG; NUNES; PASSADOR, 2021; TREISMAN, 2000) enraizada pela cultura social predominante, que nestes casos, tem relação direta com a dificuldade de os países em desenvolvimento se tornarem sociedades com alto nível de qualidade de vida. Para entender esse fenômeno é preciso saber, previamente, se o nível ético de um país realmente influencia a qualidade de vida da sociedade.

A qualidade de vida, embora seja um tema complexo e sem consenso conceitual (PEREIRA; TEIXEIRA; DOS SANTOS, 2012), no campo da gestão pública tem sido medida por indicadores que abrangem geralmente as áreas da saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e economia (DIENER; SUH, 1997). O índice de desenvolvimento humano (IDH), o coeficiente de GINI, PIB per capita, a taxa de alfabetização, mortalidade infantil e o número de homicídios por cem mil habitantes são exemplos de indicadores que têm medido aspectos da qualidade de vida por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (IDA, 2021; UNDP, 2021). Nenhum indicador é abrangente o suficiente para incluir todos os aspectos da qualidade de vida humana (NOORBAKHS, 1998), por isso, faz-se necessária a adoção de mais de um indicador.

A existência de países com baixa qualidade de vida enquanto outros gozam de alta qualidade de vida leva, ou pelo menos, deveria levar o administrador público a desejar compreender quais as variáveis que se correlacionam com um alto padrão de qualidade de vida, especialmente em países desenvolvidos. Neste sentido, é válido tentar entender se a alta qualidade de vida das nações desenvolvidas poderia ser explicada, pelo menos em parte, por determinados valores éticos entranhados nas culturas dessas sociedades que lhes permitiram se tornar nações prósperas e desenvolvidas.

Dessa forma, a pergunta de pesquisa do presente projeto é:

Qual a relação do nível de ética do desenvolvimento dos países na qualidade de vida desses países investigados? Logo, o objetivo geral da pesquisa consiste em validar um constructo de segunda ordem que represente uma ética de desenvolvimento, que contenha dimensões de valores comuns às nações desenvolvidas e investigar a relação desse constructo “ética do desenvolvimento” com a qualidade de vida das nações estudadas, por meio de uma análise estatística dos principais indicadores relacionados tanto à ética do desenvolvimento, quanto à qualidade de vida aplicados à gestão pública.

Diante deste objetivo geral, os objetivos específicos desta pesquisa, aplicados à gestão pública se delineiam da seguinte forma:

1) Identificar as variáveis explicativas que contribuem para a ambiência necessária à melhoria da qualidade de vida, por meio da articulação teórica das obras analisadas;

2) Testar empiricamente, após a validação do constructo ética do desenvolvimento, a hipótese H1 de que determinados valores éticos entranhados nas culturas de algumas sociedades prósperas e desenvolvidas (variáveis explicativas) têm relação positiva com a qualidade de vida (variável resposta) dessas nações.

Justificativa e Contribuições da Pesquisa

A relação da ética com a qualidade de vida é um assunto ainda pouco estudado (ROSA; NAJBERG; NUNES; PASSADOR, 2021). O mais próximo disso é o estudo da “ética do desenvolvimento”. O fato de os agentes públicos de todo o mundo lidarem com o desenvolvimento faz com que frequentemente enfrentem questões éticas, o que levou ao surgimento da ética do desenvolvimento como uma área de estudo (CROCKER, 1991).

Nomes como Louis-Joseph Lebert, Denis Goulet, Mohandas Gandhi, Gunnar Myrdal e Peter Berger, foram precursores na criação da ética do desenvolvimento como área de estudo (MARANGOS; ASTROULAKIS; TRIARCHI, 2019). Esses autores focaram nas questões metaéticas do desenvolvimento, tais como, o que é desenvolvimento? Quais os fins que o desenvolvimento deve perseguir? (CROCKER, 1991).

A ética do desenvolvimento como campo do conhecimento é uma ciência interdisciplinar (GAMBI; CHAVES, 2017) e aborda áreas como saúde, meio ambiente, ecologia, tradição, justiça, globalização, cultura e o sentimento de vida significativa pelas pessoas; bem como questões como, ativismo por direitos humanos, intervenções humanitárias, imigração, refugiados, condições de trabalho e responsabilidade social (GASPER; CLAIR, 2010; MARANGOS; ASTROULAKIS; TRIARCHI, 2019).

Em uma segunda fase de maturidade da ética do desenvolvimento, Sen (2010) traz um tom mais empírico às ideias de seus predecessores ampliando o desenvolvimento para além de crescimento econômico e incentivando o uso de indicadores como o IDH para medir o desenvolvimento humano (MARANGOS; ASTROULAKIS; TRIARCHI, 2019).

Contudo existe uma lacuna na literatura e o vácuo entre a teoria e a prática é grande (MARANGOS; ASTROULAKIS; TRIARCHI, 2019), daí o propósito deste trabalho em preencher essa lacuna empírica deixada no campo da ética do desenvolvimento, a fim de avançar do universo das discussões metaéticas para a ética aplicada à realidade. Em pesquisa às bases de dados Scopus e Scielo não foram encontrados estudos empíricos que estudassem a relação do perfil ético com a qualidade de vida de uma sociedade em 2021.

Portanto, como contribuição teórica, o presente trabalho tenciona colocar em evidência valores éticos que estavam subentendidos nessas três obras estudadas, além de unificar em um constructo ético de segunda ordem as ideias que estavam separadas nesses estudos. Mais especificamente, por meio da validação de um constructo que mede valores ligados à ética de desenvolvimento, especialmente, valores comuns ligados às práticas que tornaram nações prósperas.

Acredita-se que este trabalho pode facilitar a discussão de uma proposta de abordagem particular da ética do desenvolvimento nos ambientes acadêmicos, tais como, cursos de pós-graduação, ciências sociais aplicadas, especialmente, subsidiando a tomada de decisão na área da gestão pública, haja vista que a administração pública é indutora do desenvolvimento econômico (ZAPELINI, 2011), e por consequência da qualidade de vida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Qualidade de vida em Amartya Sen; Inglehart e Welzel; e Acemoglu e Robinson

Em *Desenvolvimento como liberdade* Sen (2010) acredita que um número muito grande de pessoas no mundo tem a qualidade de vida negada, por meio de fomes coletivas, falta de saneamento básico, pouco acesso aos serviços de saúde, ausência de direitos civis básicos, pobreza extrema, subnutrição, exclusão social, carência de oportunidades, opressão, insegurança econômica, política e social. A oportunidade do indivíduo de evitar essas mazelas constitui-se na liberdade substantiva, conceito central na obra de Sen. Essa liberdade por sua vez, é influenciada pelas liberdades instrumentais, tais como, liberdades política e econômica, transparência, oportunidades sociais e segurança social. Em síntese, a liberdade substantiva consiste nas capacidades individuais para fazer coisas que uma pessoa com razão valoriza (SEN, 2010). Logo, para Sen, o desenvolvimento decorre da eliminação de privações de liberdade e aumento das liberdades substantivas.

Portanto, para Sen a liberdade como desenvolvimento não é uma liberdade formal, ou apenas um direito legal, mas substantiva no sentido de colocar a política pública acessível ao cidadão que necessita dela (SEN, 2010). Por esta razão, qualidade de vida pode abranger aspectos difusos como, expectativa de vida, seguro saúde, educação e sua disponibilidade, natureza e qualidade, qualidade do trabalho, e até mesmo as desigualdades de gênero (NUSSBAUM; SEN, 1993).

Já o conceito de qualidade de vida para Inglehart & Welzel está fortemente ancorado na ideia de um processo que produz sociedades cada vez mais focadas na liberdade humana, modernização socioeconômica e autoexpressão. Valores de autoexpressão, por sua vez, consistem na ênfase cultural de uma sociedade na liberdade individual, diversidade e autonomia humana. Esses valores geram maiores demandas populares na busca de liberdades civis, liberdades políticas, igualdade de gênero, governos responsivos e democráticos, culminando no cerne do desenvolvimento humano que consiste na ampliação da escolha e autonomia humanas. O desenvolvimento econômico é a principal mola propulsora de uma sociedade para se alcançar os valores de autoexpressão, e por consequência, a emancipação humana e o desenvolvimento ancorado na liberdade, reduzem as restrições materiais gerando um sentimento subjetivo de segurança existencial (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano é uma obra que revisita a teoria da modernização, e por meio de um conjunto maciço de novas evidências empíricas que abrangem 85% da população mundial e um modelo que explica mais de 80% da variação das dimensões; demonstra que valores emergentes da autoexpressão transformam a modernização em um processo de desenvolvimento, que produz uma sociedade mais humanística com foco na emancipação (INGLEHART; WELZEL, 2009).

A obra de Acemoglu & Robinson (2012) *Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza* versa sobre a diferença na renda e qualidade de vida que separa os países ricos daqueles que ainda não alcançaram tal condição. Os autores iniciam a obra defendendo a tese de que ninguém melhor do que as pessoas dos países pobres para explicar porque seus países são pobres, pois elas entendem o que as afetam. Ao perguntarem por que o Egito é mais pobre que os Estados Unidos, os próprios egípcios responderam: a corrupção, a falta de oportunidades para usarem seus talentos, a ausência de direitos políticos e repressão (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012), numa clara alusão à falta de comprometimento com o interesse público, liberdade e de oportunidade para empreenderem.

A desigualdade gera consequências graves, por isso, entender por que existem essas diferenças e as causas delas é o foco de Acemoglu & Robinson (2012), dessa forma, política é o processo que permite à sociedade escolher as regras pelas quais será governada, por isso, as instituições políticas são chave no resultado. A diferença crucial entre países ricos e pobres são as instituições políticas e econômicas. São essas instituições que moldam o poder e a capacidade do Estado em legislar e governar a sociedade. Instituições inclusivas permitem a qualidade de vida emergir, pois promovem segurança da propriedade privada aos cidadãos, sistema legal

imparcial, estabilidade, poder político limitado e distribuído amplamente, de forma que as pessoas são livres para contratar, escolher suas carreiras e podem confiar que nenhum ditador irá tomar o poder, mudar as regras do jogo e seu estilo de vida. Instituições extrativas são, ao contrário, forjadas para extrair renda e riqueza da sociedade em benefício de determinados grupos e elites, tais como, os senhores feudais da Idade Média, o partido comunista na Coreia do Norte e os plantadores de cana de açúcar de Barbados. Esses grupos expropriam recursos das massas, levantam barreiras contra a concorrência e suprimem o livre mercado em benefício de poucos que apoiam seus poderes políticos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Os países em que os cidadãos derrubaram as elites que controlavam o poder e criaram uma sociedade onde os direitos políticos foram distribuídos de forma pluralística, onde o governo era mais responsável e voltado para os cidadãos, permitindo que a grande massa pudesse aproveitar as vantagens das oportunidades econômicas, se tornaram ricos. Como explica Joseph Schumpeter, o crescimento econômico ocorre por meio da *destruição criativa*, onde o velho é substituído pelo novo. Esse processo de inovação cria uma quantidade enorme de vencedores e perdedores na arena política e econômica, por isso, o desenvolvimento sofre muita oposição daqueles que se beneficiam do status quo para manter seus privilégios econômicos e poderes políticos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Embora valores éticos não sejam centrais em nenhuma das três obras analisadas, seus argumentos são permeados da precedência deles, até mesmo para se sustentarem. Inglehart & Welzel reconheceram, mais acentuadamente que os demais autores, a influência dos valores éticos no desenvolvimento e qualidade de vida dos países. Para eles “A cultura é um fenômeno inercial caracterizado pela mudança acumulada que prossegue constante, mas lentamente” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.211).

Acemoglu & Robinson apesar de rejeitarem a hipótese ética como central em sua obra, admitiram que muitos países que ainda são pobres passaram por revoluções no passado, mas não mudaram simplesmente porque o poder trocou de mãos. Continuaram reproduzindo o mesmo sistema, demonstrando a importância dos valores éticos. Um exemplo foi o fato de que enquanto o dinheiro do comércio escravo enriqueceu os que se opunham ao absolutismo na Inglaterra, na África fortaleceu os absolutistas (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Os exemplos da importância dos valores éticos nas argumentações desses autores das três obras são abundantes. Ainda que de forma não central em sua obra, Sen aconselha o que os países em desenvolvimento deveriam fazer para alcançarem a condição de desenvolvidos. Atentar para o comportamento prudente que forma e mantém a confiança e resistir às tentações da corrupção disseminada. Em discussões posteriores, as maiores preocupações estão em torno da corrupção econômica e da ligação com o crime organizado (SEN, 2010).

Uma hipótese do porque esses autores não colocaram a cultura ética como central em suas obras pode ser o fato de que eles definiram cultura de forma estreita, vinculando-a apenas aos usos e costumes, tais como hábitos alimentares, vestuário, músicas, poesias e literatura, esquecendo do aspecto ético. Isso fica claro no exemplo citado da cidade de Nogales no Arizona. Dividida por uma cerca, o lado americano difere grandemente em qualidade de vida do lado mexicano. E os autores argumentam que os habitantes de ambos os lados compartilham dos mesmos ancestrais, da mesma comida e da mesma música, portanto, têm a mesma “cultura” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Note-se que os valores éticos, que são centrais em qualquer cultura, foram simplesmente excluídos da equação cultural dos autores.

A outra hipótese do porquê os autores das três obras não enfatizaram o poder dos valores éticos nas sociedades pode ser a de que a ética do desenvolvimento para países que já são prósperos funciona como as lentes de óculos cujo usuário contínuo se esquece que está usando, pois, esse objeto se tornou como parte de seu corpo e, portanto, o usuário não enxerga os benefícios que as lentes trazem. Pensadores imersos em um mundo em que os valores éticos que levam ao desenvolvimento foram entranhados no tecido social ao longo do tempo, talvez

tenham dificuldade em notá-los. Por isso, às vezes, ouvir falar das falhas de países com baixa qualidade de vida, pelo ponto de vista de alguém de país desenvolvido, soa um pouco estranho para quem vive a realidade por imersão social nos países que estão eternamente em “desenvolvimento”.

Especialmente na América Latina, em que países como o Brasil que alcançaram um bom nível de centralização política, democracia e pluralismo, mas, mesmo assim não conseguiram elevar o nível da qualidade de vida da população; fica a pergunta: por que esses países não conseguiram surfar as ondas contingenciais da história que poderiam ter beneficiado essas populações? Os autores Acemoglu & Robinson admitem que é muito difícil tentar prever ou saber quais fatos históricos combinados vão mover as instituições rumo à inclusividade e, portanto, não arriscam a elaborar soluções. Contudo é interessante notar que ao dar exemplos do porquê a América Latina e o Zimbábue não conseguiram se tornar economicamente prósperos, os autores citam fatos altamente relacionados aos valores éticos, tais como, a corrupção dos líderes latinos e a fraude do presidente do Zimbábue ao ganhar na loteria, desacreditando totalmente medidas que ele fez como a independência do banco central (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Se valores éticos têm uma ligação tão profunda com a qualidade de vida de uma sociedade, por que são tão pouco abordados ou enfatizados no universo das políticas públicas educacionais? Uma das razões pode ser o fato de que tradições culturais e valores são difíceis de serem mudados, pois os sistemas de crenças têm durabilidade e resistência notáveis (INGLEHART; WELZEL, 2009). Além disso, o progresso pode ser um processo reversível, principalmente quando ocorrem colapsos econômicos. Essa reversão de valores éticos pode gerar uma desmotivação para a mudança. Mudanças intergeracionais de valores demoram décadas para que os avanços institucionais surjam, contudo, muitos teóricos culturais de Max Weber a Samuel Huntington têm sustentado que essas mudanças de valores têm uma influência duradoura (INGLEHART; WELZEL, 2009). Em outras palavras, a cultura e os valores éticos, apesar de muito difícil de serem mudados, valem o esforço.

Ética do Desenvolvimento – Escopo

Antes de prosseguir na análise da ideia central desta seção é preciso delimitar o sentido da palavra ética aqui empregado. Neste trabalho será utilizado o conceito normativo da ética, que abrange a ética como ciência normativa do comportamento humano (REALE, 1999). A razão dessa escolha é porque a ética descritiva não se aplica a todas as culturas, enquanto a normativa é universal. O caráter normativo da ética acompanha todas as teorias éticas, pois não é possível construir qualquer teoria sem se estabelecer algum tipo de norma (ROSA; NAJBERG; NUNES; PASSADOR, 2021). Neste sentido, a ética do desenvolvimento como ciência evoluiu bastante nas últimas três décadas. Questões éticas e metaéticas importantes vêm sendo discutidas e temas como a pobreza mundial não são livres de considerações éticas. Principalmente, quando a reflexão ética é pluralista, valoriza a equidade, a participação social, a responsabilidade do cidadão e os justos incentivos e sanções (CROCKER, 1991). Neste sentido, o constructo proposto considera a importância do avanço tecnológico por meio da cultura empreendedora, mas sem abrir mão do comprometimento com o interesse público, da liberdade e da ordem, que são valores essenciais para resguardar a pluralidade.

É preciso cuidado para não idealizar as condições de vida mesmo em países desenvolvidos. O fenômeno social do precariado demonstra que mesmo em países desenvolvidos as profissões, tais como, *call centers*, estágios mal remunerados sem perspectivas de crescimento na carreira e subempregos têm levado a um crescimento significativo de suicídios, depressão e doenças psicossociais diversas (STANDING, 2013). Ainda assim, optou-se por trabalhar com indicadores econômicos e sociais utilizados na literatura científica funcionalista, pois os países ditos desenvolvidos, com todos os seus

defeitos, ainda são a primeira opção da maioria da população mundial se pudesse escolher onde morar, pois esses países tornam as pessoas mais ricas, longevas e éticas (MCCLOSKEY, 2010).

Ademais, apesar das críticas ontológicas aos valores éticos de desenvolvimento e da qualidade de vida, esse tema não pode se dar ao luxo de permanecer *ad eternum* no campo das discussões teóricas. O mundo real exige decisões reais, aplicadas à realidade (CROCKER, 1991). Neste sentido, propõe-se neste trabalho, com base na revisão da literatura, que as quatro dimensões em que os valores éticos relacionam com o desenvolvimento são as seguintes: a) liberdade; b) ordem; c) comprometimento com o interesse público; d) cultura empreendedora privada, como será desenvolvido a seguir.

Liberdade

Quanto à primeira dimensão da ética do desenvolvimento denominada liberdade, especialmente no âmbito social, a ética depende da liberdade para ser praticada, e como consequência acredita-se que a máxima de que nenhum ideal pode competir com o ideal da liberdade seja verdadeira. A liberdade é uma questão deontológica para Sen, ou seja, não se trata de qual sistema funciona melhor, mas o valor ético intrínseco que a liberdade carrega. Mesmo assim ele não nega os efeitos instrumentais da liberdade de expressão e direitos políticos na indução de respostas sociais às necessidades econômicas e à própria conceituação de necessidades econômicas (SEN, 2010). Neste sentido, a liberdade como um valor ético a ser tratado no contexto da ética aplicada, baseada em estudos prévios, se materializa em três tipos de liberdades substantivas: liberdade de expressão, liberdade política e liberdade econômica (PEYTON; BELASEN, 2012). Logo, a liberdade é um objetivo-chave do desenvolvimento, pois as pessoas devem ter a chance de participar e se beneficiarem dos processos de crescimento, além de decidirem sobre seu próprio destino (MARANGOS; ASTROULAKIS; TRIARCHI, 2019). Por esta razão, o escopo da dimensão liberdade abordada neste estudo resume-se a três variáveis: i) liberdade política, ii) liberdade de expressão e iii) liberdade econômica, resguardados os limites dessas três variáveis, como se verá na dimensão ordem.

Sen argumenta “O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla” (SEN, 2010, p.361). Liberdade tem de ser acompanhada de responsabilidade, caso contrário, pode-se gerar um caos social. Kant acreditava na autonomia do ser humano, mas a autonomia requer que os agentes genuinamente autônomos tenham a responsabilidade individual sobre suas decisões e ações (BELL, 2002). Sob o ponto de vista aristotélico, a liberdade também tem seus limites, pois não existe coisa alguma que seja sempre agradável (ARISTÓTELES, 1991). Dessa forma, a liberdade absoluta levaria à anarquia, o que seria uma forma de governo inviável, daí a necessidade de a ordem para a prosperidade e a qualidade de vida emergirem, o que Acemoglu e Robinson denominam Estado central forte (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Ordem

Há uma tensão perene entre as duas primeiras dimensões ético-normativas de valores ligados ao desenvolvimento da qualidade de vida propostos nesta pesquisa. Liberdade está em constante embate com a necessidade mínima de ordem que toda sociedade necessita para coexistir (GERT; GERT, 2017). Aristóteles, por exemplo, reconhecia que a ciência política gira sempre em torno de prazeres e dores, numa clara referência à tensão entre ordem e liberdade (ARISTÓTELES, 1991). A dimensão ordem é ainda mais complicada do que a dimensão liberdade do ponto de vista conceitual. Enquanto liberdade tem um escopo bem definido embora multifacetado, a palavra ordem tem sido usada tanto no sentido pejorativo de tirania, quanto em sentidos difusos, tais como, segurança, paz interna e externa de uma sociedade, ordem econômica, e mais modernamente governança (MOYNIHAN, 2008).

No contexto desta pesquisa, o conceito de ordem ficará delimitado à abordagem dos autores em discussão, bem como, no âmbito da ética aplicada, especialmente à administração

pública e exercício da cidadania. Dessa forma, a ordem não será abordada como sinônimo de segurança pública, pois segurança seria um subproduto da ordem. Logo a dimensão ordem aqui se restringe a três variáveis centrais entranhadas nas culturas sociais: i) capacidade social de respeitar regras; ii) segurança jurídica; iii) confiança interpessoal (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012; GÄCHTER; SCHULZ, 2016; INGLEHART; WELZEL, 2009; SEN, 2010).

Comprometimento com o Interesse Público

Quanto à terceira dimensão do constructo da ética do desenvolvimento, o comprometimento com o interesse público, tem como raiz de sua ausência o egoísmo. Na ética aristotélica o homem egoísta é mau e age sempre no próprio interesse, enquanto o ser humano bom sacrifica seus interesses pessoais. Por isso, a honra pertence ao público, pois o ser humano que não contribui em nada para o bem comum não é honrado. E tampouco o homem solitário alcança a felicidade, pois o ser humano é político e está em sua natureza viver em sociedade (ARISTÓTELES, 1991).

Comprometimento com interesse público pode abarcar diversos temas, tais como, colocar o interesse público acima do privado, ser honesto, respeitar o meio ambiente, ter compaixão e demais regras consideradas indispensáveis para a convivência coletiva (PERRY; HONDEGHEM, 2008). Porém, no contexto desta pesquisa, se limitará a três variáveis centrais: i) equilíbrio social, ii) autossacrifício e iii) sustentabilidade ambiental.

Sen e Perry concordam que quando o indivíduo vai além do autointeresse, está disposto a fazer sacrifícios para promover outros valores, tais como, justiça social e bem-estar da comunidade, pois o indivíduo não é dissociado do público. Isso envolve comprometimento com o interesse social, que Perry chamou de compaixão e Sen de simpatia (PERRY; HONDEGHEM, 2008; SEN, 2010). Sustentabilidade ambiental, por exemplo, advem da ideia de que, independente do que seja feito, deve ser feito sem prejudicar as futuras gerações. Em seu significado amplo sustentabilidade pode abranger manutenção da qualidade do meio ambiente, das organizações e das instituições.

Uma vez desenvolvida a consciência para uma responsabilidade ambiental, pode-se utilizar o empreendedorismo e a inovação a favor da preservação. Como será visto adiante, a cultura empreendedora privada é fundamental para a qualidade de vida.

Cultura empreendedora privada

A cultura do empreendedorismo privado não é incompatível com o comprometimento com o interesse público, embora estejam muitas vezes, em polos opostos. Uma prova é que a falta de tecnologia e inovação em alguns países na atualidade, tal como ocorreu no império romano, se deu pela prevalência da escravidão. Cidadãos que vivem em condições de subordinação a um determinado senhorio não têm motivação para criar e inovar, pois eles não seriam os beneficiários de suas criações. Essa é uma das razões pelas quais os estados do norte dos Estados Unidos foram mais inovadores que os estados do sul que se beneficiaram da escravidão (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Essa tensão perene entre comprometimento com o interesse público e cultura empreendedora privada é mais ideológica do que prática. As motivações do lucro privado podem ser contrárias aos interesses sociais, mas é possível a escolha de um equilíbrio apropriado entre equidade e eficiência (SEN, 2010). A proteção social também não é incompatível com a cultura empreendedora, embora muitos façam uso político dessa dicotomia. Sen denomina distorção de incentivo a perspectiva que alguém pode ter de não procurar emprego para não deixar de receber determinado auxílio do governo, o que requer parcimônia nas políticas públicas de transferências de rendas para não tolher as atividades econômicas. Contudo ele defende a necessidade de se considerar a eficiência por meio da liberdade do mecanismo de mercado de um lado, e a necessidade de sistemas de seguridade social de outro,

de forma simultânea para se manter um equilíbrio pró qualidade de vida. Portanto, o mercado não diz respeito apenas ao que se pode fazer, mas também ao que é permitido fazer (SEN, 2010). O mecanismo de mercado supostamente apela apenas para o egoísmo humano, portanto, as mudanças sociais podem culminar em desigualdade e pobreza. Por isso, é preciso considerar as discussões públicas na emergência de valores e comprometimentos comuns. Sen não nega a importância do autointeresse no desenvolvimento econômico, no entanto ele não polariza a questão, demonstrando também que o comprometimento com o interesse público é fundamental para a qualidade de vida da sociedade (SEN, 2010).

O processo fundamental que Schumpeter denominou destruição criativa é moldado pela incessante destruição do velho e criação do novo. A revolução acontece afetando a qualidade de vida quando o espírito de competição e inovação está presente permitindo que as novas tecnologias, novos produtos e novos mercados surjam e a competição permaneça como uma ameaça constante, mantendo a prosperidade em movimento (SCHUMPETER, 2008). Por esta razão, o escopo desta dimensão concerne a valores éticos e culturais que promovem a cultura empreendedora privada da população. Não se trata aqui de predominância de sistemas políticos, sejam eles capitalistas ou socialistas, mas tão somente do ambiente ético cultural favorável ao empreendedorismo no âmbito privado. Neste sentido, as variáveis que compõem a dimensão ética da cultura empreendedora privada são: i) competitividade; ii) inovação e iii) excelência.

METODOLOGIA

Método de pesquisa

Utilizando a tipologia de pesquisa de Collis e Hussey (2005) esta pesquisa foi classificada quanto ao objetivo, **exploratória**, pois não foram encontrados estudos quantitativos precedentes que agreguem múltiplos fatores nas dimensões da qualidade de vida e ética do desenvolvimento; além da correlação entre esses fenômenos. Quanto ao processo, **quantitativa**, uma vez que utiliza de dados secundários para fins de inferências e tratamento estatístico desses dados. Quanto à lógica a pesquisa foi classificada em **indutiva**, pois parte-se da análise dos países, em particular, para se chegar à conclusão se o nível ético da sociedade como um todo explica em parte ou não a qualidade de vida dessa sociedade. E por último, quanto ao resultado a pesquisa é **básica** tendo em vista que não se trata de aplicação a um problema em particular, mas para o aumento do entendimento de uma questão geral.

As avaliações das relações entre constructos e variáveis do constructo ética do desenvolvimento e qualidade de vida serão realizadas com o auxílio da técnica estatística de Modelagem por Equações Estruturais (MEE). A justificativa para a utilização dessa técnica estatística se dá em razão dos objetivos almejados. Modelos de Equações Estruturais permitem a descoberta e/ou confirmação de relações entre diversas variáveis observadas e variáveis latentes não observáveis (HAIR; ANDERSON; TATHAM; BLACK, 2005).

Existem diversos métodos de estimação de parâmetros no contexto de modelos de equações estruturais. Aqui, destaca-se o método dos mínimos quadrados parciais, pois, estes não requerem a pressuposição de normalidade dos dados, nem grandes tamanhos de amostras, lidam bem com constructos de segunda ordem ou superior, permite a modelagem de constructos com apenas uma variável indicadora e é uma técnica indicada em situações em que a teoria ainda não está consolidada, atuando de maneira mais exploratória (BIDO; DA SILVA, 2019).

Delineamento da pesquisa

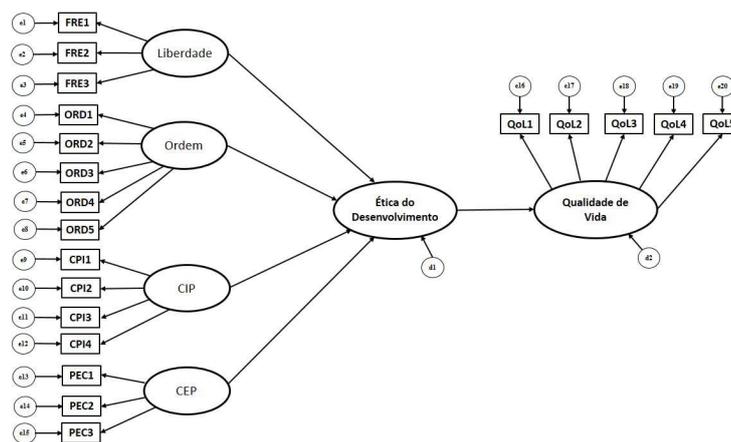
O Quadro 1 informa as dimensões constitutivas dos conceitos abordados na fundamentação teórica, bem como, os indicadores representativos necessários a operacionalização da mensuração do constructo.

Quadro 1
Dimensões e Indicadores

Constructo Ética do Desenvolvimento – Variável Explicativa			
Dimensões do Constructo	Item	Nome dos itens que compõem as variáveis explicativas	Fonte
Liberdade	FRE1	Índice de Liberdade Humana	<i>Cato Institute</i>
	FRE2	Índice de Liberdade Econômica	<i>The Heritage Foundation</i>
	FRE3	Índice de Liberdade de Expressão	<i>Social Progress Index</i>
Ordem	ORD1	Indicador de controle da corrupção	<i>Worldwide Governance Indicators</i>
	ORD2	Indicador de Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo	<i>Worldwide Governance Indicators</i>
	ORD3	Indicador de Segurança jurídica	<i>Worldwide Governance Indicators</i>
	ORD4	Indicador de Integridade pública	<i>European Research Centre for Anti-Corruption and State-Building</i>
	ORD5	Indicador de Percepções de Corrupção	Transparência Internacional
Comprometimento com o Interesse Público	CPI1	Índice de GINI	Banco Mundial
	CPI2	Discriminação e violência contra minorias	<i>Social Progress Index</i>
	CPI3	Indicador de Desempenho Ambiental	Yale
	CPI4	Fatalidades Relacionadas ao Transporte	<i>Social Progress Index</i>
Cultura Empreendedora Privada	PEC1	Índice Global de Empreendedorismo	Instituto Global de Empreendedorismo e Desenvolvimento
	PEC2	Índice Global de Inovação	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
	PEC3	Índice Global de Competitividade	Fórum Econômico Mundial
Constructo Qualidade de Vida - Variável Resposta			
Dimensão do Constructo	Item	Nome dos itens que compõem a variável dependente	
Qualidade de Vida	QoL1	IDH	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
	QoL2	Índice de usuários de internet	<i>Social Progress Index</i>
	QoL3	Acesso à justiça	Banco Mundial
	QoL4	Mortes por violência interpessoal	<i>Social Progress Index</i>
	QoL5	Criminalidade percebida	<i>Social Progress Index</i>

Fonte: elaborado pelos autores

Figura 1 - Modelo Geral da Pesquisa



Fonte: os autores

A figura 01 consolida os constructos por meio do diagrama de caminhos que demonstram as ligações teóricas dos constructos reflexivo-formativo denominado ética do desenvolvimento e qualidade de vida. A análise da rede nomológica foi descrita por meio dos testes empíricos descritos na seção análise dos resultados.

Para o teste empírico, a partir dos levantamentos teóricos, foi formulada e testada a seguinte hipótese de pesquisa:

H1 – Ética do desenvolvimento influencia positivamente qualidade de vida.

Descrição da coleta de dados

Foram feitos os *downloads* dos dados dos países armazenados na forma de indicadores disponíveis nos bancos de dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e outras fontes (IDA, 2021; KAUFMANN; KRAAY, 2018; SPI, 2021; UNDP, 2021). E por último, foi realizada a parametrização e tabulação dos dados para que os mesmos tornassem passíveis de comparação.

Considerando o critério da cobertura amostral e territorial foram incluídos na base de dados todos os países que contém dados para os indicadores analisados. Alguns países foram eliminados da base de dados por falta de dados ou por serem jurisdicionados a outros países, tais como pequenas ilhas como a Samoa Americana. Mesmo assim permaneceu um total de 187 países na base de dados, de um total de 193 países internacionalmente reconhecidos (UNDP, 2021) validando a perspectiva multicultural da pesquisa.

Procedimentos para análise de dados

Todas as análises foram feitas com a linguagem R (TEAM, 2020). Inicialmente, computou-se a porcentagem de dados faltantes e imputou-se esses dados por meio de um algoritmo baseado no método de aprendizagem de máquina floresta aleatória (WRIGHT; ZIEGLER, 2017). Adicionalmente, estimou-se a matriz de correlação amostral e aplicou-se o teste de Mardia para verificar a hipótese nula de normalidade multivariada.

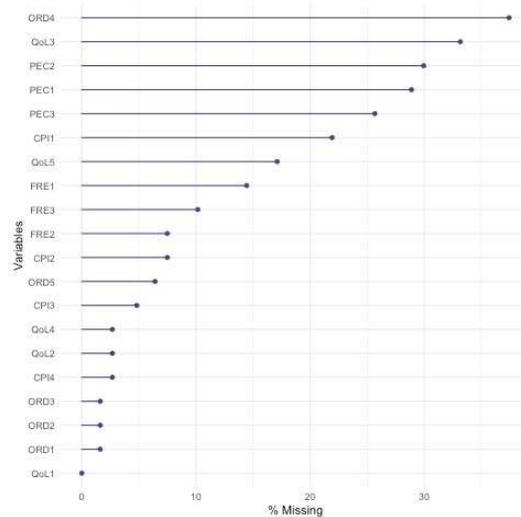
Em seguida, o modelo de equação estrutural foi ajustado por meio do método de mínimos quadrados parciais (HAIR; ANDERSON; TATHAM; BLACK, 2005).

A avaliação da validade convergente seguiu o critério variância média extraída maior do que 0,5 e quanto a confiabilidade usou-se coeficiente de confiabilidade composta maior do que 0,7. Além disso, observou-se também as cargas fatoriais de cada construto sendo o ideal que todas tivessem valores maiores do que 0,7. Por fim, para a parte estrutural verificou-se a interpretação do coeficiente de trilha e o R quadrado (JUNIOR; HULT; RINGLE; SARSTEDT, 2017).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

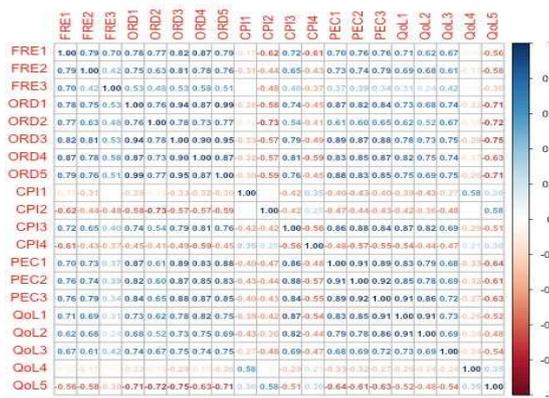
Destaca-se que as variáveis indicadoras que possuem menor porcentagem de dados são, em sua maioria, as relacionadas com a dimensões ordem e qualidade de vida (em geral menos do que 5 % de dados perdidos). Por outro lado, variáveis indicadoras relacionadas com a dimensão cultura empreendedora privada tem uma elevada porcentagem de dados perdidos (Figura 2 - abaixo), evidenciando uma certa incipiência na mensuração desse tipo de indicadores. Esse é um tópico que sempre torna as análises um tanto desafiadoras, contudo, o PLS-SEM, por sua natureza metodológica, é tolerante a esse problema (FAN; CHEN; SHIRKEY; JOHN *et al.*, 2016).

Figura 2 - Visualização da porcentagem de dados perdidos das variáveis indicadoras.



Fonte: os autores

Figura 3 – Matriz de correlação das variáveis indicadoras



Fonte: os autores

Estimativas de correlação entre as variáveis indicadoras indicam blocos de variáveis correlacionadas positivamente e de grau moderado a forte. Um primeiro bloco é formado pelos indicadores das dimensões liberdade (FRE1, FRE2, FRE3) e ordem (ORD1, ORD2, ORD3, ORD4); e um segundo bloco é formado por alguns indicadores da dimensão qualidade de vida (QoL1, QoL2, QoL3) e pelos indicadores da dimensão Cultura Empreendedora Privada (PEC1, PEC2, PEC3). Ainda, observa-se que esses blocos são correlacionados entre si. Algo importante a notar que o indicador QoL4 é francamente correlacionado com os demais indicadores da dimensão qualidade de vida, sugerindo baixa variância compartilhada (Figura 3).

Tabela 1 - Teste de Mardia baseado em coeficiente de assimetria e curtose

Testes	Estatísticas	Valor P
Curtose	2957.93	<0.001
Coef. Assimetria	9.92	<0.001

Fonte: os autores

Resultados do Teste de Mardia baseados em coeficiente de assimetria e curtose proporcionam evidências estatísticas para rejeitar a hipótese de normalidade multivariada dos

dados, corroborando com a decisão de se utilizar o método de mínimos quadrados que não requer qualquer distribuição para os dados (Tabela 1).

Tabela 2 - Estatísticas para avaliar o constructo reflexivo Qualidade de Vida: Cargas Fatoriais, Confiabilidade de consistência interna (ρ_c), Variância Média Extraída (AVE).

	l_1^2	l_2^2	l_3^2	l_4^2	l_5^2	ρ_c	AVE
Qualidade de Vida						0.551	0.618
QoL1	926						
QoL2		0.898					
QoL3			0.850				
QoL4				-416			
QoL5					-0.729		

Fonte: os autores

Valores das cargas fatoriais indicam a correlação entre cada indicador e o constructo. Observa-se que o a correlação entre o indicador QoL4 e o constructo qualidade de vida é baixa (Tabela 2). Ainda o quadrado das cargas fatoriais indica o quanto da variabilidade do constructo é explicada pelo indicador. Nesse contexto o indicador QoL4 explica somente ($-0,416^2=17,3\%$) da variabilidade do constructo Qualidade de Vida. A confiabilidade da consistência interna (ρ_c) é a medida em que indicadores que medem o mesmo construto estão associados uns aos outros. Nesse sentido, observa-se que os valores de $\rho_c=0,551$ está abaixo do limiar aceitável (0,6) (Tabela 2). Esse resultado já era esperado, pois a correlação entre o indicador QoL5 e os demais indicadores de qualidade de vida foi muito baixa. Segundo o valor observado da variância média extraída, o constructo Qualidade de Vida explica 61,8% da variabilidade dos seus indicadores (Tabela 2). Esse valor de variância média extraída está adequado, segundo critério descrito por Hair *et.al.* (2021) ($AVE > 0,50$).

Tabela 3 - Fator de Inflação da Variância (VIF) para os indicadores de constructos formativos.

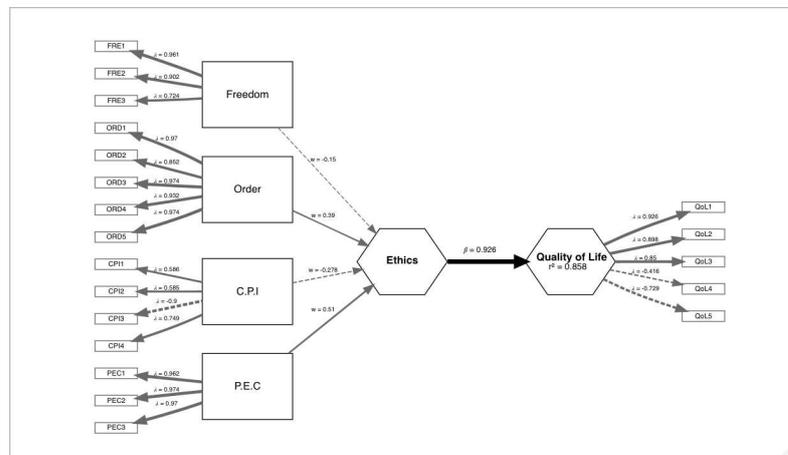
	Liberdade	Ordem	C.P.I	P.E.C
FRE1	4.709			
FRE2	2.892			
FRE3	2.179			
ORD1		40.845		
ORD2		2.631		
ORD3		13.861		
ORD4		5.609		
ORD5		47.457		
CPI1			1.292	
CPI2			1.263	
CPI3			1.874	
CPI4			1.503	
PEC1				6.350
PEC2				8.876
PEC3				7.690

Fonte: os autores

Valores do Fator de Inflação de Variâncias indicam problemas de multicolinearidade no constructo comprometimento de interesse público na formação do constructo ética de desenvolvimento, corroborando com a análise de correlação que identificou alta correlação entre o indicador de Percepções de Corrupção (CPI2) e alguns indicadores da dimensão ordem

(ORD 1 e ORD 3). Segundo Hair (JUNIOR; HULT; RINGLE; SARSTEDT, 2017), altos níveis de colinearidade entre indicadores formativos têm impacto na estimativa dos pesos (Tabela 3).

Figura 4 - Diagrama causal, estimativas de pesos e do R quadrado.



Fonte: os autores

Na figura 4 é apresentado o diagrama do modelo de equações estruturais com estimativas das cargas fatoriais, pesos externos, coeficiente de trilha e R quadrado. Valores de coeficiente de trilha evidenciam uma alta correlação entre o constructo ética de desenvolvimento e qualidade de vida, e valores do R quadrado indica que 85,8% da variabilidade total da qualidade de vida pode ser explicada pela ética do desenvolvimento, esse é um resultado expressivo seguindo o Critério de Cohen (1988), **confirmando a hipótese H1** (COHEN, 1988).

Dos vinte indicadores, dezessete corroboraram para a formação das respectivas dimensões latentes. Apenas os indicadores Desempenho Ambiental (CPI3), mortes por violência interpessoal e criminalidade percebida (QoL4 e QoL5) se mostraram frágeis na apresentação de resultados, contudo, essas variáveis meio ambiente e segurança pública são fundamentais na composição da qualidade de vida das nações (SEN, 2010). Portanto, como sugestão para futuras pesquisas pode-se testar novas opções de indicadores confiáveis para substituí-los, sendo indicadores que representem essas variáveis.

A questão da multicolinearidade entre indicadores da dimensão ordem e da dimensão cultura empreendedora privada pode indicar que esses indicadores são muito similares entre si, portanto, alguns deles podem ser excluídos da base de dados.

Conclusão

Apesar das limitações descritas acima, a hipótese H1 - Ética do desenvolvimento influencia positivamente qualidade de vida, foi confirmada de uma forma bastante expressiva sendo que o R quadrado do modelo estrutural explica mais de oitenta por cento da variabilidade (85,8%), considerando que valores de R² maior do que 26% podem ser considerados grandes (COHEN, 1988).

Estudos adicionais serão importantes no futuro para solidificação desta hipótese. Contudo fica claro que a ética do desenvolvimento, consolidada pelos valores: liberdade, ordem, comprometimento com o interesse público e cultura empreendedora privada tem forte ligação com a qualidade de vida de países considerados desenvolvidos pela literatura, conforme suportado pela articulação das três obras analisadas (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012; INGLEHART; WELZEL, 2009; SEN, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2012). *Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty*. New York: Currency.
- Aristóteles. (1991). *Ética a Nicômaco* (Vol. v.2). São Paulo: Nova Cultural.
- Bell, D. (2002). Kant (L. P. Rouanet, Trans.). In N. Bunnin & E.P.Tsui-James (Eds.), *Compêndio de Filosofia* (pp. 587-603). São Paulo: Edições Loyola.
- Berman, S. (2020). Response to Daron Acemoglu and James A. Robinson's Review of Democracy and Dictatorship in Europe: From the Ancien Régime to the Present Day. *Perspectives on Politics*, 18(3), 907-908. doi:10.1017/S1537592720002236
- Bido, D. d. S., & da Silva, D. (2019). SmartPLS 3: especificação, estimação, avaliação e relato. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(2), 488-536. doi:10.13058/raep.2019.v20n2.1545
- Brue, S., & Grant, R. (2017). *História do Pensamento Econômico* (8a ed.). São Paulo: Cengage Learning.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (Second Edition ed.). New York: Lawrence Erlbaum Associates.
- COLLIS, J., & HUSSEY, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2. ed. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Costa, S. d. S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 969-978.
- Crocker, D. A. (1991). Toward development ethics. *World Development*, 19(5), 457-483. doi:[https://doi.org/10.1016/0305-750X\(91\)90188-N](https://doi.org/10.1016/0305-750X(91)90188-N)
- Diener, E., & Suh, E. (1997). MEASURING QUALITY OF LIFE: ECONOMIC, SOCIAL, AND SUBJECTIVE INDICATORS. *Social Indicators Research*, 40(1), 189-216. doi:10.1023/a:1006859511756
- Fan, Y., Chen, J., Shirkey, G., John, R., Wu, S. R., Park, H., & Shao, C. (2016). Applications of structural equation modeling (SEM) in ecological studies: an updated review. *Ecological Processes*, 5(1), 1-12.
- Gächter, S., & Schulz, J. F. (2016). Intrinsic honesty and the prevalence of rule violations across societies. *Nature*, 531(7595), 496-499. doi:10.1038/nature17160 <http://www.nature.com/nature/journal/v531/n7595/abs/nature17160.html#supplementary-information>
- Gambi, T. F. R., & Chaves, R. H. S. (2017). A "ética do desenvolvimento" como proposta de pesquisa interdisciplinar. *Desenvolvimento em Questão*, 15(39), 6-31. doi:10.21527/2237-6453.2017.39.6-31
- Gaspar, D., & Clair, A. L. S. (2010). *Development ethics*: Ashgate Farnham.
- Gert, B., & Gert, J. (2017). The Definition of Moralit. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2017 ed.). <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/morality-definition/>: Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Gundlach, E., & Paldam, M. (2009). The transition of corruption: From poverty to honesty. *Economics Letters*, 103(3), 146-148. doi:<https://doi.org/10.1016/j.econlet.2009.03.002>
- Hair, J., J.F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise Multivariada de Dados* (A. S. Sant'Anna & A. C. Neto, Trans. 5. ed. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- IDA, I.-. (2021). The World Bank Group Database. <https://databank.worldbank.org/home.aspx>
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2009). *Modernization, culture change and democracy: the human development sequence*. (H. M. L. P. Coelho, Trans.). São Paulo: Editora Francis.
- Jacobson, T. L. (2016). Amartya Sen's capabilities approach and communication for development and social change. *Journal of Communication*, 66(5), 789-810.
- Junior, J. F. H., Hult, G. T. M., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2017). *A primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)* (Second ed.). Los Angeles: Sage Publications, Inc.
- Kaufmann, D., & Kraay, A. (2018). Worldwide Governance Indicators. from World Bank Development Research Group <http://info.worldbank.org/governance/wgi/>
- Koyzis, D. T. (2014). *Visões & Ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas*. São Paulo: Vida Nova.

- Lin, K., & Mancik, A. M. (2020). *National Culture on the Cross-National Variation of Homicide: An Empirical Application of the Inglehart–Welzel Cultural Map*. Paper presented at the Sociological Forum.
- Marangos, J., Astroulakis, N., & Triarchi, E. (2019). The Advancement of Development Ethics. *Panaeconomicus; Forthcoming* DO - 10.2298/PAN180518003M.
- McCloskey, D. N. (2010). *The bourgeois virtues: Ethics for an age of commerce*: University of Chicago Press.
- Meirelles, H. (2002). *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.
- Moynihan, D. P. (2008). The Normative Model in Decline? Public Service Motivation in the Age of Governance. In J. L. P. A. Hondeghem (Ed.), *Motivation in Public Management. The Call of Public Service* (First ed. ed., pp. 247-267). New York: Oxford University Press Inc.
- Noorbakhsh, F. (1998). The human development index: some technical issues and alternative indices. *Journal of International Development*, 10(5), 589-605. doi:10.1002/(sici)1099-1328(199807/08)10:5<589::aid-jid484>3.0.co;2-s
- Nussbaum, M., & Sen, A. (1993). *The quality of life*: Clarendon Press.
- Pereira, É. F., Teixeira, C. S., & dos Santos, A. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista brasileira de educação física e esporte*, 26(2), 241-250.
- Perry, J. L., & Hondeghem, A. (2008). *Motivation in public management: the call of public service*. New York: Oxford University Press.
- Peyton, K., & Belasen, A. R. (2012). Corruption in Emerging and Developing Economies: Evidence from a Pooled Cross-Section. *Emerging Markets Finance and Trade*, 48(2), 29-43. doi:10.2753/REE1540-496X480202
- Reale, M. (1999). *Lições Preliminares de Direito* (24a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Roberti, E. T., & Matos, R. G. F. (2016). Fome Coletiva na Visão de Amartya Sen Como um dos Fatores Impeditivos do Desenvolvimento Humano Sustentável. *Revista de Direito e Sustentabilidade*, 2(2), 98-113.
- Rosa, E. F., Najberg, E., Nunes, L. d. L., & Passador, J. L. (2021). Como a filosofia pode iluminar a gestão pública em tempos de polarização política. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(Especial), 12. doi:<https://doi.org/10.1590/1679-395120200183>
- Schumpeter, J. A. (2008). *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper Perennial Modern Thought.
- Sen, A. (2010). *Development as freedom* (L. T. Motta, Trans.). São Paulo: Companhia das Letras.
- SPI, S. P. I. (2021). *2021 Social Progress Index Executive Summary*. Retrieved from Washington: <https://www.socialprogress.org/>
- Standing, G. (2013). O precariado: a nova classe perigosa. *Belo Horizonte: Autêntica*.
- Team, R. C. (2020). R: A Language and Environment for Statistical Computing. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing. Retrieved from <https://www.R-project.org/>
- Treisman, D. (2000). The causes of corruption: a cross-national study. *Journal of Public Economics*, 76(3), 399-457. doi:[https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(99\)00092-4](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(99)00092-4)
- UNDP. (2021). Human Development Index (HDI). from UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>
- Wright, M. N., & Ziegler, A. (2017). ranger: A Fast Implementation of Random Forests for High Dimensional Data in C++ and R. *Journal of Statistical Software*, 77(1), 1 - 17. doi:10.18637/jss.v077.i01
- Zapelini, M. B. (2011). AS BIG QUESTIONS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA PROPOSTA PARA O CASO BRASILEIRO. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 155-175. doi:10.21171/ges.v5i11.1392.